

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATA DA 3ª SESSÃO SOLENE, EM 11 DE MAIO DE 2010 - TERÇA-FEIRA

PRESIDÊNCIA DO MINISTRO Dr. CARLOS ALBERTO MARQUES SOARES

Presentes os Ministros Olympio Pereira da Silva Junior, José Coêlho Ferreira, Marcos Augusto Leal de Azevedo, Rayder Alencar da Silveira, Sergio Ernesto Alves Conforto, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, William de Oliveira Barros, Renaldo Quintas Magioli, Francisco José da Silva Fernandes, José Américo dos Santos, Raymundo Nonato de Cerqueira Filho e Alvaro Luiz Pinto.

O Ministro Flávio de Oliveira Lencastre encontra-se em licença para tratamento de saúde.

Presente a Procuradora-Geral da Justiça Militar, Dra. Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz.

Presente a Secretária do Tribunal Pleno, Sonja Christian Wriedt.

Às 16h15, havendo número legal, o Exmo. Sr. Presidente CARLOS ALBERTO MARQUES SOARES declarou aberta a **Sessão Solene destinada à posse do Dr. ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA no cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar**, nos termos do artigo 8º do RISTM, o qual foi nomeado por Decreto de 20/4/2010, publicado no Diário Oficial da União nº 75, de 22/4/2010, em decorrência de vaga aberta pela aposentadoria do Ministro Dr. FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH.

Tiveram assento à mesa da Presidência o Exmo. Sr. JOSÉ DE ALENCAR GOMES DA SILVA, Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, representando o Presidente da República; a Exma. Sra. Ministra Dra. MARIA DE ASSIS CALSING, representando o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; o Exmo. Sr. Gen Ex JORGE ARMANDO FELIX, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e a Procuradora-Geral da Justiça Militar, Dra. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ.

Presentes à cerimônia o Exmo. Sr. Consultor-Geral Dr. RONALDO JORGE VIEIRA JÚNIOR, representando o Advogado-Geral da União; o Exmo. Sr. Alte Esq MARCOS MARTINS TORRES, representando o Comandante da Marinha; o Exmo. Sr. Gen Ex LUCIO MARIO DE BARRO GÓES, representando o Comandante do Exército; o Exmo. Sr. Ten Brig Ar JUNITI SAITO, Comandante da Aeronáutica; os Exmos. Srs. Ministros aposentados Ten Brig Ar CHERUBIM ROSA FILHO, Dr. ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES, Dr. ALDO DA SILVA FAGUNDES e Gen Ex MAX HOERTEL, ex-Presidentes do Superior Tribunal Militar; o Exmo. Sr. Dr. HUMBERTO GOMES DE BARROS, Ministro aposentado e ex-Presidente do Superior Tribunal de Justiça; o Exmo. Sr. Dr. ALEXANDRE LOBÃO, representando o Defensor Público-Geral da União; a Exma. Sra. Dra. HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO, Procuradora-Geral da União; o Dr. EMENS PEREIRA, representando o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; os Exmos. Srs. Ministros aposentados do Superior Tribunal Militar, Dr. ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, Alte Esq DOMINGOS ALFREDO SILVA e Dr. FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH; o Revmo. Dom AUGUSTINHO PETRY, representando o Arcebispo Ordinário Militar do Brasil; o Exmo. Sr. Juiz Cel PM CLOVIS SANTINON, Presidente do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo; o Exmo. Sr. Juiz Cel PM SÓCRATES EDGARD DOS ANJOS, representando o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; o Exmo. Sr. Dr. OCTÁVIO AUGUSTO SIMON DE SOUZA, representando o Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul; o Exmo. Sr. Dr. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS, Juiz **ad hoc** da Corte Interamericana de Direitos Humanos; o Exmo. Sr. Dr. ALCEU

ALVES DOS SANTOS, Juiz-Auditor Corregedor da Justiça Militar da União; os Exmos. Srs. Drs. ZILAH MARIA CALLADO FADUL PETERSEN e JOSÉ BARROSO FILHO, Juizes-Auditores da Justiça Militar da União; a Exma. Sra. Dra. VERA LÚCIA DA SILVA CONCEIÇÃO, Juíza-Auditora Substituta da Justiça Militar da União; Oficiais Gerais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; Membros do Ministério Público Militar; Defensores Públicos da União; demais membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Dando início à solenidade, o Presidente convidou os Exmos. Srs. Ministros Dr. OLYMPIO PEREIRA DA SILVA JUNIOR e Ten Brig Ar JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS para acompanharem a entrada do Exmo. Sr. Dr. ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA.

Tendo ingressado no Plenário, o Presidente convidou-o a prestar o compromisso de Ministro do Superior Tribunal Militar, na forma do § 2º do artigo 8º do RISTM.

O Exmo. Sr. Dr. ARTHUR VIDIGAL DE OLIVEIRA leu o termo de compromisso.

O Presidente, em seguida, declarou o Exmo. Sr. Dr. ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA empossado no cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

O Diretor-Geral da Secretaria procedeu à leitura do Termo de Posse do Exmo. Sr. Dr. ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA que foi assinado pelo Presidente, pelo empossado, pelos demais Ministros e pelo Diretor-Geral.

Tendo prestado o compromisso legal e sido empossado no cargo de Ministro desta Corte, o Exmo. Sr. Dr. ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA foi admitido no Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Judiciário Militar, no grau de Grã-Cruz, na forma do artigo 22, letra "d" do respectivo Regulamento, tendo sido agraciado pelo Presidente do Conselho e Chanceler da Ordem, e incluído, como membro nato, no Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar.

Dando sequência à cerimônia, o Presidente convidou o Exmo. Sr. Ministro ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA a ocupar sua cadeira no Plenário, na conformidade do artigo 63, inciso II, do RISTM.

O Presidente deu a palavra ao Exmo. Sr. Ten Brig Ar JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS que em nome da Corte, assim se manifestou:

"Estimado amigo Ministro Artur Vidigal de Oliveira

A vida nos reserva belas e agradáveis surpresas.

Após 47 anos de atividade na Força Aérea e há mais de 2 (dois) anos no Superior Tribunal Militar, pensava ter experimentado todas as emoções, nesta passagem pela terra. Ledo engano.

Eis que surge mais uma, e que excitante e agradável emoção, pois, de comum acordo com os atuais ministros desta Corte, fui designado para saudar o eminente Ministro Artur Vidigal, admitindo, porém, que outros Ministros desta Corte estariam mais capacitados a realizar esta saudação.

Se o meu amigo Artur Vidigal olhar para os meus olhos, verá um brilho especial e sei que V.Exa., neste momento, em seu olhar, apresenta o mesmo olhar como decantava Saint Exupéry, o filósofo dos aviadores, em um dos seus belos livros, quando apreciava o brilho das estrelas que orientavam o seu solitário vôo noturno.

Entretanto, Vossa Excelência acrescenta um pouco mais, porque a sua vigilante e operosa estrela ilumina, dia e noite, a sua invejável trajetória de vida.

Não vou cansar os convidados com um discurso longo, que possa ser definido como cansativo. Aliás, gostaria de destacar a figura do digníssimo Sr. Vice-Presidente José Alencar, como 3 (três) Ministros desta Corte se lembram, nosso antigo chefe no Ministério da Defesa, hoje aqui presente, que tem uma definição muito clara sobre como deva ser a extensão dos discursos, mas eu tenho que levantar duas especificidades do nosso novo Ministro, e elas são, a nosso sentir, bem interessantes:

1ª – o Ministro Artur Vidigal é brasiliense, creio ser o único dentre os ministros dos Tribunais Superiores e da Suprema Corte, com cargo vitalício, e que inicia com a sua posse, nesta data, uma nova história para os brasilienses de sua geração; e

2ª – A história de Artur Vidigal confunde-se com a própria história desta bela cidade, haja vista que possuem quase a mesma idade.

Com 49 anos de idade, Vossa Excelência chega a esta bicentenária Corte de Justiça do País, com um belo currículo de bons serviços prestados à nação brasileira, em diversos setores da estrutura governamental, dos quais podemos destacar os seguintes :

- Advogado; Chefe da Divisão de Ações, da Procuradoria Contenciosa; Chefe da Procuradoria Contenciosa, da Procuradoria Geral; Chefe da Procuradoria Administrativa e Procurador-Geral, todos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;

- Assessor de Subprocuradora da República no Gabinete da Dra. Zélia Oliveira Gomes;

- Chefe de Gabinete – Desembargador Dácio Vieira – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios;

- Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

- Coordenador de Contencioso Judicial da Procuradoria-Geral do IBAMA;

- Consultor Jurídico do Ministério da Defesa;

- Membro do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO;

- Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Defesa; e

- Assessor Especial do Ministro de Estado da Defesa.

Agora, meu amigo Artur, não sentiremos mais inveja daqueles que, diuturnamente, tiveram a oportunidade de conviver de perto com Vossa Excelência. O STM rejubila-se por receber um Ministro do seu porte, pois é de sabença ampla a bagagem cultural e jurídica de que Vossa Excelência é possuidor.

Sabemos, também, como a sua bela família contribuiu para que Vossa Excelência atingisse essa grande conquista, pois é incontestado o apoio emprestado por sua esposa, Srª Lília Márcia Pereira Vidigal de Oliveira e as encantadoras filhas Gabriela e Isabel.

Estimados convidados.

Saudar uma pessoa especial como o amigo Artur Vidigal, enaltecendo as suas qualidades pessoais e culturais, torna-se uma missão das mais agradáveis, pois estas outorgam ao presente amigo todas as condições exigidas para este cargo que, em apertada síntese, subsumem-se ao seu inegável saber jurídico e ilibada conduta como cidadão brasileiro.

O Superior Tribunal Militar, ao comemorar os seus 202 anos de existência, tem a sabida honra de receber o seu 327º Ministro e, volto a lembrar, o seu primeiro ministro brasileiro.

Além disso, Vossa Excelência já incorporou o espírito do escabinato existente nesta casa de justiça, como se pode deduzir da sua fala na recente sabatina no Senado Federal, pedindo a paciência desta seleta audiência para destacar o seguinte trecho:

“A segunda instância da Justiça Militar é exatamente o Superior Tribunal Militar. Ali, a experiência das peculiaridades da vida na caserna, vivenciada por dez oficiais gerais do último posto, associa-se e integra-se ao saber jurídico dos cinco profissionais operadores do direito, demonstrando perfeita simbiose em busca de decisões não apenas legais, mas essencialmente justas. Essa energia por certo permite, na medida exata, a maior eficácia nas decisões. A especificidade da vida na caserna, os ditames da hierarquia e da disciplina, da ética e do pundonor militar, são perfeitamente reconhecidos, ao tempo em que o imperativo do direito é preservado.”

Ministro Artur Vidigal de Oliveira. Todos estamos ansiosos, nesta Corte, em desfrutar do convívio diário com Vossa Excelência e que Deus, na sua infinita sabedoria, ilumine os seus passos na excelsa tarefa de distribuir justiça.

A todos, o meu muito obrigado.”

Agradecendo as homenagens prestadas, o Exmo. Sr. Ministro Dr. ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA assim se manifestou:

“Excelentíssimo Senhor Dr Carlos Alberto Marques Soares, Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar,

Excelentíssimo Senhor Dr José Alencar Gomes da Silva, Vice-Presidente da República;

Excelentíssimo Senhor Ministro Antonio Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal;

Excelentíssimo Senhor Dr. Olympio Pereira da Silva Junior, meu dileto amigo e decano dos magistrados desta Corte, por intermédio de quem saúdo todos os demais Ministros de hoje e de ontem;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Milton Nobre, membro do Conselho Nacional de Justiça;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Nelson Tomaz Braga, membro do Conselho Nacional de Justiça;

Excelentíssimo Senhor Dr Roberto Figueiredo Caldas, Juiz Ad-Hoc da Corte Interamericana de Direitos Humanos;

Excelentíssima Senhora Dra Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, Procuradora-Geral da Justiça Militar, por intermédio de quem saúdo todos os membros do Ministério Público;

Excelentíssimo Senhor General de Exército Jorge Armando Félix, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

Excelentíssimo Senhor Tenente Brigadeiro do Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica;

Excelentíssimo Senhor Almirante de Esquadra Marcos Martins Torres, representante do Comandante da Marinha;

Excelentíssimo Senhor General de Exército Lúcio Mário de Barros Góes, representante do Comandante do Exército;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Dr. José Cruz Macedo, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, meu dileto amigo, por intermédio de quem cumprimento os demais desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal aqui presentes;

Excelentíssimo Senhor Dr. Alexandre Vidigal de Oliveira, Juiz Federal, meu estimado irmão, por intermédio de quem cumprimento os demais Juízes Federais aqui presentes;

Excelentíssimo Senhor Dr. Francisco Queiroz Caputo Bastos, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, na pessoa de quem cumprimento todos os advogados aqui presentes;

Excelentíssimo Senhor Dr. Ronaldo Jorge Araújo Vieira Júnior, Consultor Geral da União, por intermédio de quem cumprimento todos os membros da Advocacia Geral da União;

Reverendíssimo Senhor Dom Agostinho Petry, representante do Arcebispo Ordinário Militar do Brasil;

Excelentíssimo Senhor Juiz Coronel PM Clovis Santinon, Presidente do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo;

Excelentíssimo Senhor Juiz Dr. Otávio Augusto Simon de Souza, representante do Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul;

Excelentíssimo Senhor Juiz Coronel PM Sócrates Edgard dos Anjos, representante do Presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais;

Excelentíssimo Senhor Dr. Alceu Alves dos Santos, Juiz-Auditor Corregedor da Justiça Militar;

Excelentíssimos senhores Desembargadores Federais, Oficiais Gerais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, Juízes Auditores da Justiça Militar e demais membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

Senhores Presidentes de Associações,

Meus familiares,

Senhoras e senhores,

No momento em que, com muito júbilo e humildade, tomo posse nesta egrégia Corte, certamente muito teria a alinhar como palavras que delimitam meus sentimentos e anseios. Externariam elas, seguramente, o quanto me honra a elevada distinção.

Ressaltariam, certamente, a relevância do Superior Tribunal Militar e de todas as instâncias voltadas ao Direito Penal Militar. Necessariamente implicariam caracterizar as peculiaridades desta Justiça tão importante para o País, tão amalgamada às questões de soberania e ao uso das armas em defesa da Pátria. Por consequência, minhas palavras esbarrariam na grandiosidade das missões desempenhadas pelas Forças Armadas, instituições nacionais permanentes de tanta identificação com o povo brasileiro.

Entretanto, permitam-me todos edificar minhas idéias, em momento tão especial de minha vida pessoal e de coroamento dos esforços despendidos durante meus vinte e sete anos dedicados ao direito, sob dois pilares: gratidão e comprometimento.

A gratidão, muito mais do que a decorrência de “gratus”, agradável, agradecido, é sentimento de reconhecimento a quem lhe fez o bem, a quem lhe quis o bem, a quem lhe promoveu o bem. É, como muito bem colocou Shakespeare, “o único tesouro dos humildes”. Ou como ressaltou Cícero: “o mais importante dos deveres”.

E minhas iniciais palavras de gratidão são dirigidas ao Criador, porque NELE creio. NELE sempre encontrei forças para superar vicissitudes, para derrubar preconceitos e barreiras, para iluminar o caminho da verdade e do exercício seguro do direito como promotor da justiça. Essa jornada me levou ao dia de hoje.

Gratidão aos meus pais, José e Maria Ignez, aqui presentes, por seus exemplos, pela moldagem de meu caráter, de meus valores. Tê-los aqui, neste momento, é mais uma dádiva divina que recebo. Reverenciá-los, por tudo que me proporcionaram e me proporcionam, é um dever primeiro. Bem avalio o que sente neste momento aquele pioneiro de Brasília, aqui chegado nos idos de 1960, como Sargento da Aeronáutica, acompanhado de sua esposa, que deixou São Paulo e seus entes queridos para aqui constituir uma nova família.

Depois de conduzir, de forma exitosa, a formação de todos os seus filhos, presenciam um deles galgar a Magistratura desta conceituada Corte. Não se sintam orgulhosos, caros pais. Sintam-se recompensados. Deixem o sentimento de orgulho para seus filhos, que têm no pai e na mãe modelos de virtudes, de abnegação, de vontade de lutar e de construir para a família uma vida digna, sedimentada nos valores cristãos.

Gratidão aos meus sogros, João e Maria Aparecida, que, além do estímulo constante às minhas empreitadas, geraram a Lília, minha amada mulher, companheira de todos os momentos, participe de meus anseios e aspirações, mãe de minhas filhas, Gabriela e Isabel. Estas mulheres de minha vida bem sabem o quanto lhes sou grato, o quanto as devo pelo estímulo e apoio. Exercitar-me diariamente, para não decepcioná-las, como companheiro e pai, é meu dever maior.

Aos meus irmãos, Auro, Alexandre, André e Aldo, amigos primeiros e parceiros de todas as horas, cunhadas, sobrinhas, sobrinhos, afilhados, tias e tios, rendo-lhes igualmente meu preito de gratidão. Na moldura consangüínea ou afetiva, sempre uniram esforços e aportaram sentido à minha caminhada.

Sou especialmente grato ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, pela propositura de meu nome à apreciação do Senado Federal e posterior nomeação. Por acreditar que, entre tantos outros candidatos, de elevado saber jurídico e ilibadas condutas, a quem rendo minha homenagem, teria eu condições de bem exercer esta dignificante magistratura.

É dever maior de justiça expressar minha elevada gratidão ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, responsável direto por minha indicação ao senhor Presidente. Sou-lhe muito grato, senhor Vice-Presidente. Merecer a confiança de um cidadão de sua envergadura e de seus predicados, ser proposto a esta dignificante função por um homem público e empresário comprometido com os valores de uma sociedade mais justa, por um verdadeiro guerreiro, enriquece sobremaneira minha biografia.

Nas instituições militares, senhor Vice-Presidente, homens da fibra de Vossa Excelência, comprometidos com a verdade e com a justiça, lutadores das causas justas, são os líderes que, pelo exemplo, conduzem as “centúrias”. Tê-lo como amigo é um privilégio. Haver Vossa Excelência confiado em mim torna-me não só eternamente agradecido, mas também um leal seguidor de seus destacados valores, que aprendi a admirar quando no Ministério da Defesa, no exercício das funções de Chefe da Consultoria Jurídica e, posteriormente, de Chefe do Gabinete do Ministro.

Aliás, esta passagem pelo Ministério da Defesa foi muito relevante para minha formação pessoal e profissional. Além de haver exercido elevados cargos na área

jurídica, sob a lúcida orientação de homens públicos do talento e da liderança de nosso Vice-Presidente e do Embaixador José Viegas, possibilitou o salutar e enriquecedor convívio com os militares das três Forças Armadas. Conhecê-los em suas peculiaridades e em suas idiossincrasias, e às Instituições Militares, em seus alicerces fundamentais, foi um aprendizado do mais alto valor.

Lá, no Ministério da Defesa, no hibridismo civil – militar, tive o destacado privilégio de conviver com estes brasileiros, “paisanos” ou fardados, às vezes incompreendidos, mas sempre dispostos a dar o melhor de si não por causas pequenas, mas sim pela maior de todas: a Pátria. Lá, tive a oportunidade impar de fazer inúmeros amigos, muitos fardados, todos cidadãos, comprometidos com a defesa da pátria. Por grata ironia do destino, saúda-me hoje, nesta solenidade, um destes: o Tenente-Brigadeiro-do-Ar JOSÉ AMÉRICO DOS SANTOS, com quem frutifiquei belíssima amizade e a quem manifesto minha gratidão por suas gentis palavras.

Ressalto, ainda, minha gratidão a tantos destacados amigos que muito têm me ajudado nesta caminhada pessoal e profissional. Todos silentes, desinteressados, mas especialmente dedicados e fieis. Nominá-los, aqui, seria certamente difícil, senão impossível. O cometimento imprudente da omissão seria inaceitável. Mas todos bem sabem o quanto lhes sou agradecido. E os guardarei para sempre. Não por outra razão, nosso poeta popular diz que “amigo é coisa para se guardar, no lado esquerdo do peito”.

O sentimento de gratidão estende-se necessariamente por aqueles que me antecederam como juízes togados, e a quem rendo a justa homenagem. Do Visconde de Cachoeira, primeiro Juiz-Relator desta Corte, de 1808 a 1821, ao meu antecessor imediato, digno magistrado FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH, que tantas contribuições, fruto de seu elevado saber jurídico, prestou ao engrandecimento desta Casa.

O segundo pilar de minhas palavras, como já antecipado, é o comprometimento, não somente no sentido mais estrito do vernáculo, de dar penhor moral, de pactuar; mas também e principalmente na acepção hodierna, inspirada nos resultados esperados, o chamado comprometimento organizacional, aquele definido por Moorman, Zaltman e Despande¹ como “um desejo duradouro de manter-se numa relação estimada”. Ou, de forma mais explícita, o compromisso.

O comprometimento primeiro, e maior, é com nossa Pátria, com o Estado brasileiro. Qualquer homem público, em especial o magistrado, não deve se esquecer de tudo aquilo que caracteriza, constrói e mantém a nação soberana, livre, democrática, no exercício pleno dos poderes constituídos, autônomos, independentes e harmônicos.

Não menos importante é o comprometimento com a Justiça. Em especial com a verdadeira Justiça. Aquela que, amparada na legalidade, a esta não se sobrepõe, mas é capaz de dar-lhe a verdadeira interpretação, voltada para derradeira acepção do “ser justo”, pactuada com a realidade, com a independência, com a verdade, com as circunstâncias e com as especificidades dos atos.

O comprometimento com os inarredáveis preceitos morais e éticos, que me conduziram até aqui, são pré-requisitos do caráter de quem ocupa posição nesta magistratura. Afinal, a ética e a moralidade são pressupostos básicos da promoção da Justiça. Sem elas, é inconcebível julgar, comportamento cognitivo, na taxonomia de Benjamin Bloom, de mais alto valor, da mais alta dificuldade

Por fim, e não menos importante, destaco meu comprometimento com esta Corte e com meus pares, ilustres e destacados magistrados. A história do Superior Tribunal Militar é, por si só, a externalização de sua importância. Sua independência, como fiz questão de ressaltar em minhas palavras à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado Federal, é sobejamente conhecida. Nem mesmo nos momentos do regime de exceção dobrou-se aos ditames do Executivo. Neste ambiente, há a busca incessante da verdade; há a construção diuturna da justiça. E isto ocorre envolto em

salutar intercâmbio multidisciplinar, onde a experiência da vida da caserna integra-se ao saber jurídico dos operadores do direito.

*Excelentíssima Senhora e Excelentíssimos Senhores Juízes desta Corte;
Excelentíssimos senhores e senhoras:*

Gratidão e comprometimento são, na verdade, faces de uma mesma moeda, absolutamente interdependentes. Entretanto, gratidão não se confunde com submissão, assim como comprometimento não é sinonímia de conchavo. Meu compromisso é, primeiramente, com a Justiça no seu maior significado, comprometida com a verdade, com a independência, com a consciência do dever de promovê-la.

E o encontro da Justiça com a verdade é que permite o verdadeiro desenvolvimento humano. É nesta direção que o Sumo Pontífice Bento XVI, na solenidade dos Apóstolos Pedro e Paulo, no ano de 2009, enfatiza, em sua belíssima carta encíclica Caritas in Veritate. Ressalta ele a importância desses valores, associados à caridade, no desenvolvimento humano integral.

Afiança o Sumo Pontífice que, “em primeiro lugar, a justiça. Ubi societas, ibi ius: cada sociedade elabora um sistema próprio de justiça. A caridade supera a justiça, porque amar é dar, oferecer ao outro do que é « meu »; mas nunca existe sem a justiça, que induz a dar ao outro o que é « dele », o que lhe pertence em razão do seu ser e do seu agir. Não posso « dar » ao outro do que é meu, sem antes lhe ter dado aquilo que lhe compete por justiça. Quem ama os outros com caridade é, antes de mais nada, justo para com eles. A justiça não só não é alheia à caridade, não só não é um caminho alternativo ou paralelo à caridade, mas é inseparável da caridade; é-lhe intrínseca.”

A encíclica tem como corolário, ainda, a relação indissolúvel entre o bem comum, a justiça e a caridade. “Querer o bem comum e trabalhar por ele é exigência de justiça e de caridade”, complementa o Sumo Pontífice.

É nesta direção, senhoras e senhores, que pretendo pautar minha conduta como magistrado: comprometido com a verdade, com a justiça, com a caridade e com tantos outros valores cristãos, indispensáveis ao desenvolvimento humano integral. Peço a Deus iluminar-me nessa caminhada e merecer novos sonhos que haverão de surgir.

Muito obrigado.”

Por fim, o Presidente agradeceu a todos os que prestigiaram, com suas presenças, a cerimônia e deu por encerrada a Sessão às 16h55.

Sonja Christian Wriedt

Secretária do Tribunal Pleno